

RELATÓRIO DE AUDITORIA ANUAL CONTAS ORDINÁRIAS – EXERCÍCIO 2023

ÓRGÃO: TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR
SECCIONAL DA CAGE JUNTO AO TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR

No cumprimento das atribuições estabelecidas nos artigos 70 e 76 da Constituição Estadual, na Lei Complementar Estadual nº 13.451, de 26 de abril de 2010, e de acordo com o Decreto nº 56.703, de 28 de outubro de 2022, disciplinado pela Instrução Normativa CAGE nº 6, de 31 de outubro de 2022, nos manifestamos sobre a execução orçamentária e atos do Tribunal de Justiça Militar do Rio Grande do Sul, no exercício de 2022.

O presente relatório tem como objetivos: (i) evidenciar as principais alocações de despesas na execução orçamentária; (ii) avaliar a gestão dos recursos, incluída a análise quanto à aplicação de recursos vinculados; (iii) avaliar a gestão dos principais programas de governo e os resultados alcançados; (iv) avaliar os controles administrativos, identificando eventuais riscos; (v) destacar as boas práticas administrativas e seus impactos no desempenho do órgão; (vi) destacar as inconformidades que podem ser capazes de individual ou conjuntamente comprometer os resultados, informando as eventuais providências adotadas, em andamento ou planejadas.

Os valores da despesa executada nos anos de 2022 e 2023, apresentados ao longo deste relatório, foram atualizados pelo IPCA/IBGE até 31 de dezembro de 2023.

1. PRINCIPAIS ALOCAÇÕES DE DESPESAS NA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Nesse tópico serão apresentadas as principais alocações de despesa na execução orçamentária do Tribunal de Justiça Militar do Rio Grande do Sul. Os números serão demonstrados, inicialmente, por uma visão geral conforme o agrupamento em categorias econômicas e grupos de natureza da despesa.

Após a apresentação da despesa executada por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, a fim de destacar as escolhas alocativas promovidas pela gestão, propõe-se a evidenciação das principais despesas sem considerar o grupo “pessoal e encargos sociais”.

Divisão de Controle da Administração Direta – DCD

Avenida Mauá, 1155, sala 415-A – CEP 90030-080 – Porto Alegre – RS – (51) 3214.5240

Com base nessa metodologia, os números serão apresentados em função de suas rubricas orçamentárias (desdobramento do elemento de despesa) e dos fatos contábeis, além de informações relacionadas à exigência de prestação de contas posterior; por fim, há a identificação da forma de contratação que originou os montantes de despesa executada (licitação, contratação direta ou nenhum procedimento).

1.1 – Execução da Despesa por Categoria Econômica e Grupo de Natureza da Despesa

No ano de 2023, o total da despesa empenhada pelo Tribunal de Justiça Militar foi de R\$ 55,23 milhões, o que representa redução real de 3,58% comparativamente ao total de despesa executada no exercício anterior, R\$ 57,28 milhões. A distribuição segundo as respectivas categorias econômicas e grupos de natureza da despesa é evidenciada na tabela a seguir:

07 - JUSTICA MILITAR DO ESTADO							
TABELA EXECUÇÃO DA DESPESA POR CATEGORIA ECONÔMICA E GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA							
Categoria	Ano	Grupo	2022*		2023*		
			Empenhado	Análise Vertical (%)	Empenhado	Análise Vertical (%)	Análise Horizontal (%)
Totais			57.279,08	100,00%	55.227,29	100,00%	-3,58%
		Totais	56.898,55	99,34%	54.932,20	99,47%	-3,46%
		01 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	42.715,76	74,57%	47.076,49	85,24%	10,21%
		02 - JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	-	0,00%	-	0,00%	-
		03 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	14.182,79	24,76%	7.855,70	14,22%	-44,61%
3 - DESPESA CORRENTE		Totais	380,53	0,66%	295,09	0,53%	-22,45%
		04 - INVESTIMENTOS	380,53	0,66%	295,09	0,53%	-22,45%
		05 - INVERSOES FINANCEIRAS	-	0,00%	-	0,00%	-
4 - DESPESA DE CAPITAL		06 - AMORTIZACAO DA DIVIDA	-	0,00%	-	0,00%	-

Fonte: CAGE Gerencial
Valores em R\$ milhares
(*) Valores atualizados pelo IPCA/IBGE até 31/12/2023

Com base nas informações da tabela acima, identifica-se que o grupo Pessoal e Encargos Sociais teve a maior representatividade entre as despesas executadas pelo órgão, atingindo o montante de R\$ 47,08 milhões (85,24% do total), e houve incremento de 10,21% em relação aos valores do exercício anterior nesse grupo de despesa.

A maior variação ficou por conta do grupo Outras Despesas Correntes, ao atingir R\$ 7,86 milhões empenhados, 44,61% inferior à execução orçamentária do ano de 2022.

1.2 – Execução da Despesa – Principais Rubricas Orçamentárias (Desdobramento do Elemento)

Uma vez desconsideradas as despesas com pessoal e encargos sociais do período, as cinco rubricas orçamentárias com os maiores montantes em termos de valores empenhados no exercício de 2023 atingiram o total de R\$ 4,40 milhões ou 54,01% da execução orçamentária desse conjunto de despesas, que estão demonstradas na tabela que segue.

ÓRGÃO - 07 - JUSTICA MILITAR DO ESTADO
TABELA EXECUÇÃO DA DESPESA - TOP 5 RUBRICAS

Ano	2022*			2023*		
	Empenhado	Análise Vertical (%)	Empenhado	Análise Vertical (%)	Análise Horizontal (%)	
Totais	14.563,32	100,00%	8.150,79	100,00%	-44,03%	
4601 - AUXILIO-REFEICAO - RPPS	1.176,80	8,08%	1.244,71	15,27%	5,77%	
9343 - INDENIZACAO POR ATRASO DA REMUNERACAO	-	0,00%	958,64	11,76%	-	
0812 - AUXILIO SAUDE ATIVOS E INATIVOS	686,05	4,71%	907,62	11,14%	32,30%	
4011 - SUPORTE DE INFRAESTRUTURA DE TECNOLOGIA DE INFORMACAO E COMUM	322,31	2,21%	769,61	9,44%	138,77%	
3701 - LIMPEZA E HIGIENE	438,23	3,01%	521,36	6,40%	18,97%	
Outros	11.939,94	81,99%	3.748,86	45,99%	-68,60%	

Fonte: CAGE Gerencial
Valores em R\$ milhares
(*) Valores atualizados pelo IPCA/IBGE até 31/12/2023

A despesa com Auxílio-Refeição foi a que atingiu o maior valor empenhado, R\$ 1,24 milhão, que representou 15,27% do total. As despesas Indenização por atraso da remuneração (R\$ 958,64 mil), Auxílio Saúde Ativos e Inativos (R\$ 907,62 mil), Suporte de Infraestrutura de Tecnologia de Informação e Comunicação (R\$ 769,61 mil) e Limpeza e Higiene (R\$ 521,36 mil) completam a lista das cinco rubricas com maiores montantes empenhados. As demais despesas do órgão, somadas, perfizeram R\$ 3,75 milhões, representando 45,99% do total executado nesse conjunto de despesas.

1.3 – Execução da Despesa – Principais Fatos Contábeis

As cinco maiores alocações de despesas segundo os respectivos fatos contábeis, as quais somadas atingiram R\$ 8,05 milhões, que representaram 98,71% do total, excluídas as despesas do grupo pessoal e encargos sociais, estão representadas na tabela abaixo.

ÓRGÃO - 07 - JUSTICA MILITAR DO ESTADO
TABELA EXECUÇÃO DA DESPESA - MAIORES 5 - FATOS CONTÁBEIS

Ano	2022*			2023*		
	Empenhado	Análise Vertical (%)	Empenhado	Análise Vertical (%)	Análise Horizontal (%)	
Fato Contábil	Empenhado	Análise Vertical (%)	Empenhado	Análise Vertical (%)	Análise Horizontal (%)	
Totais	14.563,32	100,00%	8.150,79	100,00%	-44,03%	
0061 - FOLHAS DE PESSOAL	10.837,46	74,42%	4.096,75	50,26%	-62,20%	
0147 - FORNECEDORES DE BENS E SERVICOS CONTINUOS	2.325,26	15,97%	2.639,61	32,38%	13,52%	
0040 - FORNECIMENTO DE BENS E/OU SERVICOS - NACIONAL	909,71	6,25%	982,15	12,05%	7,96%	
0046 - LOCACAO DE IMOVEIS	282,82	1,94%	273,48	3,36%	-3,31%	
0157 - DIARIAS VENCIDAS	77,20	0,53%	53,43	0,66%	-30,79%	
Outros	130,87	0,90%	105,38	1,29%	-19,48%	

Fonte: CAGE Gerencial
Valores em R\$ milhares
(*) Valores atualizados pelo IPCA/IBGE até 31/12/2023

Sob a ótica dos fatos contábeis, a tabela acima demonstrou que Folha de Pessoal – aqui contempladas despesas como auxílios alimentação, transporte ou saúde, não pertencentes ao grupo Pessoal e Encargos - foi o fato contábil que atingiu o maior montante, R\$ 4,10 milhões (50,26% do total), seguido de Fornecimento de Bens e Serviços Contínuos (R\$ 2,64 milhões), Fornecimento de Bens e/ou Serviços – Nacional (R\$ 982,15 mil), Locação de Imóveis (R\$ 273,48 mil) e Diárias Vencidas (R\$ 53,43 mil). Os demais fatos contábeis, somados, perfizeram R\$ 105,38 mil, representando 1,29% desse conjunto de despesas executadas.

1.4 – Execução da Despesa e as Formas de Contratação

A tabela abaixo destaca as formas de contratação relativas aos valores empenhados no exercício de 2022, excluídas as despesas com pessoal e encargos.

ÓRGÃO - 07 - JUSTICA MILITAR DO ESTADO					
TABELA EXECUÇÃO DA DESPESA E FORMA DE CONTRATAÇÃO					
Ano	2022*		2023*		
Formas de Contratação	Empenhado	Análise Vertical (%)	Empenhado	Análise Vertical (%)	Análise Horizontal (%)
Totais	14.563,32	100,00%	8.150,79	100,00%	-44,03%
Nenhum Procedimento	11.327,30	77,78%	4.533,12	55,62%	-59,98%
Licitado	1.588,55	10,91%	1.700,79	20,87%	7,07%
Dispensa	1.495,16	10,27%	1.631,52	20,02%	9,12%
Inexigibilidade	152,30	1,05%	285,37	3,50%	87,37%

Fonte: CAGE Gerencial

Valores em R\$ milhares

(*) Valores atualizados pelo IPCA/IBGE até 31/12/2023

Os empenhos originados de contratações sem nenhum procedimento lideram com execução da ordem de R\$ 4,53 milhões, em função, preponderantemente, do caráter das despesas realizadas pelo órgão de cunho eminentemente de pessoal.

Na sequência, vêm as despesas realizadas por meio de licitação, que totalizaram R\$ 1,70 milhão, e as dispensas (R\$ 1,63 milhão). Por fim, em menor grau, aparecem as despesas executadas por inexigibilidade de licitação.

Sobre as contratações diretas efetuadas no exercício de 2023, seja por meio de dispensa ou inexigibilidade, cumpre ressaltar que houve análise destas por esta Seccional, na etapa do empenho da despesa, e não foram identificados óbices dotados de criticidade e relevância capazes de impedir o prosseguimento das contratações.

2. GESTÃO DOS RECURSOS

A única fonte de recursos utilizadas para o total de R\$ 8,15 milhões empenhados (excluído o grupo das despesas com pessoal e encargos) pelo Tribunal de Justiça Militar do Rio Grande do Sul no ano de 2023 é evidenciada pela tabela que segue.

ÓRGÃO - 07 - JUSTICA MILITAR DO ESTADO					
TABELA EXECUÇÃO DA DESPESA - TOP 5 RECURSOS UTILIZADOS					
Ano	2022*		2023*		
Recurso	Empenhado	Análise Vertical (%)	Empenhado	Análise Vertical (%)	Análise Horizontal (%)
Totais	14.563,32	100,00%	8.150,79	100,00%	-44,03%
2002 - TR REC VINC P/LEI-PJ	14.563,32	100,00%	8.150,79	100,00%	-44,03%

Fonte: CAGE Gerencial

Valores em R\$ milhares

(*) Valores atualizados pelo IPCA/IBGE até 31/12/2023

Nesse conjunto de despesas, sem o grupo pessoal e encargos, o recurso código 2002, de natureza vinculada, financiou os dispêndios do TJM. No subitem que segue, apresenta-se uma avaliação acerca da aplicação desse recurso.

2.1 – Aplicação de Recursos de Natureza Vinculada

O presente item propõe-se a avaliar as despesas em que foram aplicados o principal recurso de natureza vinculada.

A próxima tabela demonstra as despesas com maiores valores empenhados tendo como fonte de recursos a TR REC VIN P/LEI (código 2002).

ÓRGÃO - 07 - JUSTICA MILITAR DO ESTADO					
TABELA EXECUÇÃO DA DESPESA - ANÁLISE APLICAÇÃO RECURSO - Outros					
Ano	2022*			2023*	
	Empenhado	Análise Vertical (%)	Empenhado	Análise Vertical (%)	Análise Horizontal (%)
Totais	14.563,32	100,00%	8.150,79	100,00%	-44,03%
4601 - AUXILIO-REFEICAO - RPPS	1.176,80	8,08%	1.244,71	15,27%	5,77%
9343 - INDENIZACAO POR ATRASO DA REMUNERACAO	-	0,00%	958,64	11,76%	-
0812 - AUXILIO SAUDE ATIVOS E INATIVOS	686,05	4,71%	907,62	11,14%	32,30%
4011 - SUPORTE DE INFRAESTRUTURA DE TECNOLOGIA DE INFORMACAO E COMUNICACAO	322,31	2,21%	769,61	9,44%	138,77%
3701 - LIMPEZA E HIGIENE	438,23	3,01%	521,36	6,40%	18,97%
Outros	11.939,94	81,99%	3.748,86	45,99%	-68,60%

Fonte: CAGE Gerencial
Valores em R\$ milhares
(*) Valores atualizados pelo IPCA/IBGE até 31/12/2023

Quanto às alocações de despesas financiadas com recursos de natureza vinculada não foram identificados desvios de finalidade a serem mencionados neste relatório.

3. GESTÃO DOS PRINCIPAIS PROGRAMAS E RESULTADOS ALCANÇADOS

A execução das despesas no âmbito Tribunal de Justiça Militar, sob a perspectiva dos programas de governo desenvolvidos, é apresentada na próxima tabela, excluído o grupo de despesas com pessoal e encargos sociais. Destaque para os cinco projetos/atividades com os maiores valores empenhados, que somados atingiram o montante de R\$ 8,15 milhões, alcançando a totalidade dos empenhos da Pasta.

ÓRGÃO - 07 - JUSTICA MILITAR DO ESTADO					
TABELA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - TOP 5 PROJETOS ORÇAMENTÁRIOS					
Ano	2022*			2023*	
	Empenhado	Análise Vertical (%)	Empenhado	Análise Vertical (%)	Análise Horizontal (%)
Totais	14.563,32	100,00%	8.150,79	100,00%	-44,03%
6219 - MANUTENCAO DAS ATIVIDADES JURISDICIONAIS DO TRIBUNAL DE JUSTICA MILITAR	2.270,61	15,59%	2.438,61	29,92%	7,40%
8471 - PAGAMENTO DE AUXILIOS A PESSOAL ATIVO -JME	2.074,04	14,24%	2.396,44	29,40%	15,54%
6532 - INDENIZACOES, REEMBOLSOS E RESTITUICOES - JME	8.763,42	60,17%	1.700,07	20,86%	-80,60%
3902 - GESTAO E APRIMORAMENTO DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO (TIC) - J	1.409,18	9,68%	1.567,00	19,23%	11,20%
6767 - TREINAMENTO CONTINUADO DE PESSOAL	40,40	0,28%	48,67	0,60%	20,46%
Outros	5,67	0,04%	-	0,00%	-100,00%

Fonte: CAGE Gerencial
Valores em R\$ milhares
(*) Valores atualizados pelo IPCA/IBGE até 31/12/2023

Com base nos dados acima, tem-se o projeto Manutenção das Atividades Jurisdicionais do Tribunal de Justiça Militar ocupando a primeira colocação, com valores executados de R\$ 2,44 milhões, em seguida aparecem os projetos de Pagamento de Auxílios a Pessoal Ativo - TJMRS (R\$ 2,40 milhões) e Indenizações Reembolsos e Restituições (R\$ 1,70 milhão), Gestão e Aprimoramento de Tecnologia da Informação (R\$ 1,57 milhão). Fecha a lista dos cinco projetos com maiores valores de despesa executada Treinamento Continuado de Pessoal, com empenho no montante de R\$ 48,67 mil.

Porto Alegre, 25 de abril de 2024.

Equipe:

Matheus Queiroz Nunes,
Auditor do Estado
ID: 4490991/02

Clóvis Cassiano Urnau,
Técnico Tributário
ID: 2868890/01

Diego Rafael De Lorenzi,
Coordenador de Seccional da CAGE.

PARECER DE AUDITORIA CAGE/DCD Nº 13/2024
CONTAS ORDINÁRIAS – EXERCÍCIO 2023
ÓRGÃO: TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR DO RIO GRANDE DO SUL

No cumprimento das atribuições estabelecidas nos artigos 70 e 76 da Constituição Estadual e na Lei Complementar Estadual nº 13.451, de 26 de abril de 2010, de acordo com o Decreto nº 56.703, de 28 de outubro de 2022, disciplinado pela Instrução Normativa CAGE nº 6, de 31 de outubro de 2022, examinamos os documentos constantes no sistema e-TCERS (Protocolo nº 615504) relativos às Contas Ordinárias de Amilcar Fagundes de Freitas Macedo (período de 1º/01/2023 a 31/12/2023), Ordenador Primário das dotações orçamentárias consignadas ao Tribunal de Justiça Militar do Rio Grande do Sul.

Nossos exames incluíram: (a) o acompanhamento da execução orçamentária da despesa durante o exercício; (b) a verificação prévia, concomitante e subsequente dos atos da execução orçamentária e extraorçamentária; (c) o controle contábil dos direitos e obrigações oriundos de ajustes, convênios e contratos; (d) o confronto das prestações de contas com os documentos comprobatórios; e (e) as auditorias realizadas.

Em nossa opinião, à vista do relatório que acompanha este parecer e que, para todos os efeitos, dele é parte integrante, considerado o escopo dos trabalhos, não há ressalvas em relação às Contas Ordinárias do Administrador, as quais representam, em seus aspectos relevantes, a execução orçamentária e o resultado das operações referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Porto Alegre, 25 de abril de 2024.

Diego Rafael De Lorenzi,
Coordenador de Seccional da CAGE.